

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

#### Plenário – 04 e 05/06

O Plenário do Senado a O Senado pode votar o PL 914/2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O projeto prevê incentivos financeiros para estimular a produção de veículos menos poluentes. O texto veio da Câmara com a inclusão de um tema que não constava no projeto inicial: a taxaço de produtos importados até US\$ 50.

Também estão na pauta, entre outros: PL 3.905/2021, que cria o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, para organizar as regras das políticas de financiamento do setor na União, estados e municípios; e PL 454/2022, que dispõe do compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

**Resultado:** Durante a votação do projeto que trata de incentivos para a produção de veículos menos poluentes (PL 914/2024), os senadores mantiveram a taxaço de compras internacionais abaixo de US\$ 50. Com a inclusão da taxaço no texto, os compradores terão que pagar mais 20% para a importação de mercadorias até US\$ 50. Acima desse valor e até US\$ 3 mil o imposto será de 60%, com desconto de US\$ 20 do tributo a a pagar. Como houve mudanças, o texto retorna à Câmara dos Deputados.

O Plenário do Senado aprovou também aprovou o projeto que cria o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, para organizar as regras das políticas de financiamento do setor na União, nos estados e nos municípios (PL 3.905/2021). O projeto segue agora para a sanção da Presidência da República.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 05/06 - 10h - Plenário 03**

**ITEM 02** – [PL 2234/2022](#), que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional.

O relator, senador Irajá, apresentou [parecer](#) com voto favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

**Resultado:** não deliberado.

**ITEM 04** - [PL 3519/2019](#), que altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto.

**Resultado:** não deliberado.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário - 04 e 05/06**

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou o PLP 459/2017, que regulamenta a securitização da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Essa securitização é uma espécie de venda com deságio dos direitos de receber uma dívida, tributária ou não. A proposta será enviada à sanção presidencial.

A Câmara dos Deputados aprovou PL 6233/2023, que uniformiza a aplicação de juros nos contratos de dívida sem taxa convencionada ou em ações de responsabilidade civil extracontratual (perdas e danos). A proposta será enviada à sanção presidencial.

Também foi aprovado o PL 4129/2021, que estabelece diretrizes gerais para a elaboração, pelo poder público, dos planos de adaptação à mudança do clima. A proposta será enviada à sanção presidencial.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) - 04/06, às 14h30, 05 e 06/06, às 10h -  
Plenário 01**

[PEC 45/2023](#), que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário.

O relator, Deputado Ricardo Salles, apresentou [parecer](#) pela admissibilidade da matéria.

**Resultado:** Não deliberado em virtude de um pedido de vistas.

Após a deliberação da PEC, a Comissão agendou deliberativa e na pauta consta:

**Item 16-** [PL 2.073/2022](#), que dispõe sobre a criação e transformação, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, de cargos de Técnico e Analista em cargos em comissão, sem aumento de despesas.

A relatora, Deputada Bia Kicis, apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público.

**Resultado:** Aprovado. A proposta foi analisada em caráter conclusivo e poderá seguir ao Senado, a menos que haja recurso para votação pelo Plenário.